

REUNIÃO CONSELHO DE GESTÃO		
Pauta: Apresentação de Relatório de Gestão do Issec		
Data: 07/03/2025	Horário: 16h	Local: Sala de Reunião - Seplag

Composição

A	Alexandre Sobreira Cialdini – Presidente - Seplag	b	José Helano Maia- Vice Presidente - Representante dos Servidores
C	Celyne Mary Vasconcelos Costa - Superintendente do Issec	d	Patricia Emilia Gomes Facó - Representante dos Servidores
E	Marcelo de Souza Monteiro- Representante da CGE	f	Patrícia Gomes de Matos Teixeira- Fuaspec/ADAGRI
G	Carla Cristina Fonteles Barroso- Representante da SESA	h	Rita de Cassia Gomes de Araújo- Fuaspec/ASSEEC
I	José Garrido Braga Neto - Seplag	j	

1 Aos sete dias do mês de março de 2025, às 16h52, na sala de reuniões da
2 SEPLAG, reuniu-se o Conselho de Gestão do ISSEC (CONGE), instituído pelo
3 Decreto nº 34.974, de 10 de outubro de 2022. O presidente Alexandre Cialdini deu
4 as boas-vindas e solicitou a autorização para a participação do Sr. José Garrido, o
5 que foi aceito. Em seguida, a superintendente Celyne Vasconcelos distribuiu o
6 relatório de gestão com a pauta da reunião. Todos os participantes leram o
7 material em silêncio, e deu-se início à discussão. Patrícia Facó questionou se, na
8 próxima reunião com o COGERF, o presidente incluirá o reajuste da contribuição
9 do Governo e como pretende argumentar a favor disso. Cialdini respondeu que irá
10 sim tratar da contribuição e também do papel do Estado nas decisões judiciais,
11 destacando que há um segmento específico que precisa ser revisto,
12 principalmente casos de inclusão de parentes, o que tem elevado os custos,
13 especialmente na área de oncologia. Facó observou que, se os gastos aumentam,
14 a receita também precisa crescer, lembrando que a criação do FASSEC já previa
15 que decisões judiciais iriam surgir por causa de serviços não previstos
16 inicialmente, como o Home Care e a oncologia, cujo aumento é natural devido ao
17 envelhecimento da população. Ela alertou sobre decisões judiciais que já chegam
18 com medicamentos e tratamentos definidos, sem abertura para outras opções
19 terapêuticas. Carla relatou que a Secretaria de Saúde também enfrenta isso, e

20 Marcelo explicou que o juiz apenas decide com base nos laudos e prescrições
21 apresentados, sem avaliar tecnicamente os tratamentos. Marcelo perguntou se o
22 ISSEC conta com perícia médica, e Celyne respondeu que ainda não, mas
23 pretende instituir uma junta médica para avaliar esses casos, algo que a empresa
24 anterior de auditoria em saúde não fazia. Helano reforçou que a nova empresa
25 dispõe de médicos e que o ISSEC precisa urgentemente contar com essa atuação.
26 Cialdini destacou o empenho da equipe na elaboração do relatório, pediu à CGE
27 uma auditoria interna para controle operacional e de gestão e afirmou que levará
28 a pauta do reajuste ao Governador. Ressaltou também que o ISSEC buscou
29 informações junto à Secretaria de Saúde e ao Instituto de Previdência do
30 Município sobre judicializações, mas sem sucesso. Relatou ainda problemas de
31 corporativismo entre cooperativas, citando o caso do HAPVIDA e contratações de
32 anestesistas. Segundo ele, os dados do relatório levantam dúvidas sobre as
33 contas médicas, devido a desvios padrão quase nulos ou muito baixos nos
34 valores cobrados e pagos, o que justifica uma auditoria urgente. Outra questão
35 levantada foi a auditoria dos processos judiciais, sugerindo-se a criação de uma
36 junta médica para dar uma segunda opinião sobre tratamentos, considerando a
37 expectativa de vida do paciente. Marcelo afirmou que qualquer alteração judicial
38 pode gerar responsabilizações se o paciente vier a falecer. Patrícia Facó
39 defendeu que o juiz deveria considerar alternativas ao tratamento solicitado.
40 Marcelo lembrou que essa análise cabe à PGE. Facó alertou que, se nada for
41 feito, o aumento de aporte não resolverá a situação, propondo um grupo de
42 estudo sobre o tema. Helano denunciou que há credenciados incentivando a
43 judicialização, com apoio de advogados. Marcelo explicou que o processo envolve
44 também a Defensoria Pública, a PGE e o Tribunal de Justiça. Facó questionou
45 como a empresa auditora pode ser imparcial se também presta serviços a alguns
46 credenciados do Issec. Celyne respondeu com base em experiências anteriores,
47 afirmando que esse tipo de situação foi resolvida após avaliação minuciosa.
48 Patrícia Teixeira mencionou divergências nos dados financeiros e expressou
49 preocupação com as 110 mil vidas do FASSEC. Cialdini comentou que já realizou
50 auditorias com intervenções duras, mas eficazes, e que medidas imediatas são
51 necessárias. Celyne concordou, reforçando o esforço de sua equipe. Cialdini

52 solicitou a José Garrido que leve ao COGERF as pautas do reajuste da
53 contribuição, a situação financeira do ISSEC, a necessidade de apoio da CGE e a
54 regulamentação do periciamento com envolvimento da PGE. Helano pediu
55 informações sobre despesas com Home Care a partir de 2021, destacando o
56 aumento significativo após o credenciamento do serviço. Cialdini questionou se o
57 Home Care está incluído nos dados do relatório e Celyne respondeu que não.
58 Facó perguntou sobre o número de processos judiciais. Helano alertou para
59 práticas suspeitas de credenciados que incentivam judicializações para se
60 beneficiarem de licitações. Facó lembrou que, em setembro de 2023, já havia
61 34 processos, sendo um de R\$ 8 mil, e que o ISSEC buscou padronizar
62 procedimentos junto à SESA. No entanto, os números continuaram subindo.
63 Celyne informou que o prestador responsável já foi descredenciado. Cialdini
64 solicitou a norma de abertura de credenciamento e perguntou sobre a inclusão de
65 genitores na Lei do FASSEC. Helano afirmou que essa mudança não passou pelo
66 CONGE, e que a inclusão de ascendentes aumentaria os custos, visto que mais
67 de 60% dos beneficiários têm mais de 60 anos. Celyne afirmou que implantará
68 perícia para doenças preexistentes como medida de contenção. Helano explicou
69 que a mudança na Lei foi positiva para a PGE, pois reduziu as demandas judiciais,
70 mas sobrecarregou o ISSEC. Marcelo perguntou sobre a estrutura de gestão do
71 ISSEC. Celyne respondeu que o relatório é sucinto e que trabalha com limitações
72 de pessoal, sem diretores ou assessoria jurídica nomeados, o que compromete a
73 gestão. Está aberta a negociações com sindicatos e secretarias. Helano citou uma
74 Portaria Interna que trata do rodízio de empresas de Home Care e mencionou
75 diferenças injustificadas nos valores praticados. Sugeriu que o CONGE faça a
76 regulamentação do tema. Celyne afirmou que analisará os contratos e fará uma
77 força-tarefa. Facó e Helano denunciaram que duas empresas foram credenciadas
78 sem edital e com tabelas diferentes. Celyne respondeu que está analisando o
79 edital e aguardando a publicação de um novo. Helano explicou que o edital de
80 2020 ficou aberto até 2023. Patrícia Facó destacou dificuldades enfrentadas em
81 2022 por falta de especialidades, e que o edital permaneceu aberto em 2023.
82 Cialdini solicitou que datas de abertura e prorrogação dos editais constem no
83 planejamento. Helano alertou que novos editais implicam aumento de custos.

84 Cialdini pediu dados sobre oncologia e questionou se o aumento da demanda é
85 proporcional à entrada de novos usuários. Helano respondeu que não há relação
86 direta. Facó denunciou que houve credenciamento de empresas mesmo após o
87 ISSEC comunicar suspensão. Um relatório foi apresentado com essas
88 informações. Helano reforçou que essas empresas foram credenciadas fora do
89 prazo e com tabela diferenciada. Cialdini lamentou a falta de tempo para ação
90 imediata e auditoria. Facó mostrou que as empresas continuam ganhando
91 licitações mesmo sem capacidade técnica. Celyne afirmou que os serviços da
92 Multiplan foram suspensos e que vai consultar o jurídico sobre as licitações. Facó
93 criticou a atuação leniente do setor jurídico e pediu a ata da reunião de outubro de
94 2024. Teixeira continuou questionando subcontractações. Celyne destacou a
95 ausência de equipe técnica para auditoria e disse desconhecer se havia esse
96 setor anteriormente. Helano elogiou a atuação da atual superintendente e relatou
97 que um processo de suspensão foi paralisado por 30 dias na gestão anterior,
98 sendo resolvido imediatamente na atual. Mencionou a implantação da nova
99 empresa de auditoria e a carência de pessoal, pedindo celeridade nas nomeações.
100 Cialdini reconheceu os desafios e apresentou sugestões, como um
101 credenciamento diferenciado para contratação de equipe técnica. Helano solicitou
102 comprovação dos serviços da empresa Maida. Facó perguntou sobre o percentual
103 de implantação. A próxima reunião foi marcada para 14/03/2025, e sugeriu-se
104 criar um calendário anual de reuniões. Helano pediu que fossem levadas ao
105 COGERF as seguintes pautas: a diferença de R\$ 10 milhões não repassados
106 entre 2023 e 2024, e a divergência entre os R\$ 127,4 milhões aprovados e os
107 R\$ 126 milhões reconhecidos pelo COGERF. Cristina solicitou que Celyne analise
108 as despesas variáveis e projete os gastos para 2025. Helano afirmou que haverá
109 déficit e que cada nova adesão agrava isso. Celyne pediu revisão no
110 credenciamento da oncologia. Helano concordou, desde que haja contrapartida do
111 Estado. Cialdini ressaltou que as despesas devem ser auditáveis e justificadas.
112 Helano apontou gráfico com déficit crescente. Cristina atribuiu o déficit ao
113 aumento de adesões; Helano disse que o principal fator são as despesas. Celyne
114 perguntou sobre reajuste das cooperativas, e Cialdini informou que levará o tema
115 ao COGERF. Ritinha questionou sobre adesão de professores temporários;

116 Helano explicou a regra de cobrança. Facó perguntou sobre a união estável;
117 Helano citou irregularidades e Ritinha informou que o sindicato presta apoio aos
118 servidores. Cialdini considerou a situação um risco. Helano sugeriu incluir, na
119 próxima reunião, a pauta do saldo de caixa e reserva técnica do ISSEC, o que foi
120 aceito por Cialdini. Nada mais havendo a tratar, eu, Taislândia Maria de Oliveira
121 Gomes, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos
122 os presentes.

Encaminhamentos:

1. Para a CGE (realizar auditoria interna, fortalecer o controle interno do Issec, realizar auditoria nas contas médicas e despesas do Issec);
2. Para o Issec (apresentar relatório com dados financeiros a partir de 2021 incluindo despesas com home care, implantar periciamento em casos graves de decisões judiciais e novas adesões ao Fassec inclusive de genitores, apresentar Portaria Home Care, realizar planejamento do novo edital de credenciamento);
3. Para Cialdini levar ao COGERF (reajuste do aporte do Governo ao FASSEC, aumento das cooperativas e ajuste de diferença de valores de aporte dos anos de 2023 para 2024)

Assinaturas

a		b	
c		d	
e		f	
g		h	
i		j	